

**PROJETO DE LEI CM Nº \_\_\_\_/2026**  
**VEREADOR VAVÁ**

Dispõe sobre a conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve, aplicadas pelo município de Santo André, em doação de sangue e de medula óssea.

**JUSTIFICATIVA**

**CONSIDERANDO** que a doação de sangue e de medula óssea é ato voluntário, altruísta e essencial para a manutenção do sistema público de saúde, sendo indispensável para o atendimento de pacientes em situações de emergência, tratamentos oncológicos, cirurgias e doenças hematológicas;

**CONSIDERANDO** a recorrente insuficiência dos estoques de sangue e a baixa taxa de cadastramento de doadores de medula óssea, o que compromete a efetividade dos serviços de saúde e a preservação de vidas;

**CONSIDERANDO** que as infrações de trânsito de natureza leve possuem menor potencial ofensivo, permitindo a adoção de medidas educativas e alternativas à penalidade pecuniária, nos termos dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público;

**CONSIDERANDO** que políticas públicas de caráter educativo e socialmente responsável contribuem para a conscientização dos condutores, promovendo a cidadania, a solidariedade e o respeito à vida;

**CONSIDERANDO** que a conversão do pagamento de multas leves de trânsito em doação de sangue ou cadastramento para doação de medula óssea recoloca o infrator em posição ativa de contribuição social, sem prejuízo à finalidade educativa da penalidade;

Torna-se imprescindível que os nobres pares apoiem a presente proposição.

Plenário “João Raposo Rezende Filho – Zinho”, 28 de janeiro de 2026.

**Vavá**  
**VEREADOR**



**PROJETO DE LEI CM Nº \_\_\_\_/26**

**VEREADOR VAVÁ**

Dispõe sobre a conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve, aplicadas pelo município de Santo André, em doação de sangue e de medula óssea.

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Santo André, a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve, aplicadas pela autoridade municipal de trânsito, em doação de sangue ou de medula óssea, a ser realizada em unidades oficiais de hemoterapia ou outras devidamente autorizadas pelo órgão municipal competente, nos termos desta Lei e de sua regulamentação.

**Parágrafo único.** O disposto no caput aplica-se exclusivamente às multas decorrentes de infrações de trânsito cuja competência de aplicação seja do Município de Santo André.

**Art. 2º** A conversão prevista nesta Lei será facultativa, cabendo ao condutor optar entre a doação de sangue, a doação de medula óssea ou o pagamento tradicional da multa.

**Art. 3º** Caberá ao órgão municipal competente de trânsito regulamentar, dentre as infrações de trânsito de natureza leve, aquelas que poderão ser objeto de conversão, observados critérios técnicos e legais, limitadas a, no máximo, 2 (duas) conversões por ano, por condutor.

**Art. 4º** O condutor deverá apresentar o comprovante de doação de sangue ou de medula óssea junto ao órgão competente, para requerer a conversão da penalidade, na forma prevista nesta Lei.



**Parágrafo único.** O comprovante de doação deverá ser emitido no ato da doação e conter, no mínimo, as seguintes informações: nome completo do doador, CPF, data da doação, identificação da unidade de hemoterapia ou de medula óssea, carimbo oficial e assinatura do responsável técnico.

**Art. 5º** O não cumprimento das exigências estabelecidas pela autoridade municipal de trânsito implicará a perda do direito à conversão da penalidade, devendo o infrator efetuar o pagamento da multa conforme a legislação vigente.

**Art. 6º** Esta Lei aplica-se exclusivamente às multas de trânsito de competência do Município de Santo André, não interferindo nas sanções impostas por órgãos estaduais ou federais, as quais não serão passíveis de conversão.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Plenário “João Raposo Rezende Filho – Zinho”, 28 de janeiro de 2026.

**Vavá**  
**VEREADOR**

